

Assim, p. ex. o prestigioso jornal da capital, o "Washington Post" no seu recente editorial, (que passou despercebido pela imprensa brasileira), comentando as conclusões da Missão faz observações das mais elogiosas a respeito da orientação econômica muito prudente do Governo brasileiro, salientando que há poucos países no mundo que tenham dado tantas provas de inteligência e energia no desenvolvimento de seus ainda inexplorados recursos. Por conseguinte, o Brasil tem que servir de modelo para outros países tais como Índia e Paquistão na Ásia, ou Chile e Colômbia na América. Os dirigentes do Brasil demonstram — salienta o jornal de Washington — a compreensão das grandes possibilidades da valorização de suas riquezas naturais, em primeiro lugar, com os próprios recursos do país, a serem completados pelas inversões do capital estrangeiro — sem esperar passivamente milagres da assistência financeira, pública ou privada, do país de maior acumulação de capitais — como o fazem vários outros países da América Latina. Tal atitude prudente e moderada pode por sua vez, incrementar o programa de maior participação do capital americano no desenvolvimento de vários setores da economia produtora brasileira. Como o provam os recentes debates do Clube dos Gerentes de Exportação nos EE. UU. Parecem, de modo geral, lisonjeiras as possibilidades não tanto da instalação unilateral de indústrias norte-americanas na América Latina e, em particular, no Brasil, como, sobretudo da ampliação de empreendimentos econômicos, comuns, com participação mais ativa das inversões norte-americanas, capazes de contribuir para a valorização mais rápida das riquezas naturais dessa parte do Hemisfério Ocidental. Várias alterações ocorridas aqui e ali, simultaneamente, parecem favorecer nesse momento mais de que no passado realizações mais volumosas e economicamente interessantes nesse sentido. Não é segredo para ninguém que, até o presente momento, o balanço das inversões norte-americanas realmente proveitosas no Brasil continua ainda muito modesto sem corresponder às expectativas legítimas do seu aumento. Segundo a opinião que parece prevalecer atual-

mente nos Estados Unidos, o Relatório pode suprimir várias dificuldades existentes nesse caminho de vez que, de acordo com um recente telegrama de Washington, "os técnicos brasileiros sabem melhor agora o que os técnicos norte-americanos consideram mais aconselhável economicamente, ao passo que os norte-americanos se avizinharam mais da opinião brasileira de que muitos planos deveriam necessariamente ser realizados através de ação governamental, em vez de estritamente através da iniciativa privada".

Qualquer que seja o futuro da cooperação econômica entre os dois países, parece justo promover, como condição preliminar do seu sucesso, o mais completo e objetivo conhecimento nos Estados Unidos de todos os elementos da economia brasileira que não conseguiu proporcionar aos círculos interessados daquele país a propaganda e divulgação rotineira e exclusivamente burocrática, oficial e semi-oficial.

E' grato assinalar que, além das últimas publicações econômicas oficiais brasileiras (Plano Salte) e brasileiro-americanas (Relatório da Comissão conjunta) apareceram vários estudos econômicos em língua inglesa que podem desempenhar paralelamente papel imensamente ativo nesse sentido, possibilitando aos observadores e estudiosos estrangeiros a compreensão dos elementos básicos da realidade econômica do Brasil. E' mister assinalar nessa ordem de idéias um interessante opúsculo da autoria do professor de economia da Universidade Católica de Nova York, Henry William Spiegel "The Brazilian Economy" (The Blakiston Company) com bem significativos subtítulos: "Chronic Inflation and Sporadic Industrialization", publicado em 1949. Esse mais recente subsídio ao estudo da economia brasileira que, contrariamente aos predecessores de Spiegel, como o prof. Lynn Smith, não concentra a sua atenção sobre um determinado aspecto isolado da economia, atacado sob forma monográfica, mas, sim tenta apresentar o panorama geral sócio-econômico do país e as atuais tendências do seu dinamismo, merece todavia ser submetido à uma ligeira análise a parte.

* * *

Racionalização das instituições da política trabalhista

O problema central da proteção ao trabalho vigente entre nós, não é tanto o da extensão e amplitude das instituições protetoras e, mesmo, não tanto do seu custo: dos ônus sociais aliás já elevadíssimos que o seu funcionamento impõe à economia produtora quanto o de maior aperfeiçoamento técnico das suas atuais bases administrativas e econômicas, para lhes assegurar o mais pleno rendimento social — sem os seus inconvenientes e defeitos atuais. Tal racionalização dos instrumentos da política trabalhista torna necessário o mais rigoroso re-exame das condições, nas quais atua a legislação vigente, sem que essa revisão possa ser prejudicada por quaisquer "tabus", proclamados

às vèzes, pelos tradicionalistas que costumam erigir em dogmas intocáveis, — tal ou qual solução vigente apesar de suas notáveis deficiências de aplicação e vários efeitos contraproducentes sob o ângulo social ou econômico. O exemplo mais clássico de tal instituição proporciona-nos a estabilidade de emprêgo, interessante inovação do direito trabalhista brasileiro que, todavia, dificilmente poderá ser considerada como tecnicamente perfeita, impecável e isenta de certas imperfeições que dificultam a sua aplicação harmoniosa e condizente com os seus elevados objetivos. Como escoimar essa relevante conquista das classes trabalhistas dos seus defeitos, garantindo-lhe os melhores resultados? — eis a pergunta a que os interessados no futuro das reformas sociais brasileiras têm que responder quanto antes.